



Mais violências do latifúndio e do velho Estado contra camponeses

Em novembro, dois ex-moradores da **Área de posseiros 10 de Maio** sofreram um atentado, na cidade de Buritis. Era noite, várias pessoas, inclusive mulheres e crianças, estavam na casa de um deles quando homens armados chegaram de moto e deram muitos disparos de armas de fogo. Os dois foram atingidos, um no braço e o outro na perna, mas sem gravidade. A polícia militar foi chamada e chegou na casa tratando os camponeses como bandidos, interrompeu o atendimento do SAMU, mandou-os deitar no chão, sobre os cacos de vidro da janela quebrada pelos tiros. Esta atitude levantou a suspeita de que alguns policiais militares tinham conhecimento do atentado, que possivelmente foi cometido por pistoleiros a mando da associação recém-criada de latifundiários do Vale do Jamari.



Camponeses da **Área de posseiros Bacuri**, nos antigos burareiros 14, 15 e 16, na linha 105, em Rio Crespo (Rondônia), fizeram várias denúncias, especialmente contra a latifundiária Degmar, que se diz a dona de um destes burareiros. Ela e seu esposo José Vieira constantemente ameaçam de morte o camponês Cristiano, por

considerá-lo o líder e incentivador da resistência das famílias. Ele estava com o camponês Maurício, que levou um tiro na noite do dia 11 de novembro. Uma semana antes deste atentado, Degmar pagou a fiança para libertar um pistoleiro que presta serviço para ela.

Policiais civis e militares já fizeram 3 abordagens criminosas no lote do Cristiano, revistaram a casa e o entorno, alegando denúncias de que ele tinha armas pesadas e era o líder dos acampados. Nunca apresentaram uma ordem judicial e sempre ameaçou Cristiano e seus familiares apontando e manobrando suas armas pesadas. Numa destas abordagens criminosas, o comandante se apresentou como policial federal, mas depois, os camponeses descobriram que era o comandante da patrulha rural da Polícia Militar de Cujubim. Em abril de 2014, policiais comandados por ele pararam um trator que estava fazendo a estrada, paga pelos camponeses, tiraram o maquinista e colocaram fogo no maquinário. Este comandante disse que a PM quer destruir a LCP por ser “um grupo de bandidos, uma quadrilha”. Mostrou várias fotos aos camponeses perguntando quem eram os líderes, quem era o Pelé e o presidente da LCP.

No dia 1º de dezembro, 2 viaturas da PM escoltaram a caminhonete do latifundiário Antônio Carlos Faitaroni na fazenda Santo Antônio, que ele se diz dono, localizada na Gleba 6 de Julho, em Alto Paraíso (Rondônia). Em novembro, 25 camponeses tomaram estas terras e deram o nome de **Acampamento de Paulo Justino**. Segundo trabalhadores da região, Antônio Faitaroni tem dito que não vai perder a fazenda Santo Antônio porque tem 36 homens lá, e que busca mais caso aconteça algo com eles. Ele manda recados aos líderes, que na verdade, são ameaças: *“são novos, é melhor desistirem.”*

No início de dezembro, camponeses da **Área de posseiros Monte Verde**, em Monte Negro (Rondônia) e áreas vizinhas sofreram humilhações e ameaças de policiais militares em blitz e abordagens abusivas. Policiais do GOE – Grupo de Operações Especiais, em duas viaturas com placa de Porto Velho, xingaram de *“velha mentirosa”* uma camponesa, com cerca de 80 anos; proibiram os moradores da área Elcio Machado entrarem na área Monte Verde; prenderam duas motos, uma porque o documento estava atrasado, a outra porque a habilitação do condutor estava vencida. Um policial ameaçou: *“Queria que um sem-terra entrasse na minha data para levar uma bala na cabeça. Sem-terra não vale nem duas balas.”* Um policial militar de Buritis disse: *“Da linha 25 para cá, só tem bandido.”*

No dia 28 de novembro, a justiça determinou a reintegração de posse do **Acampamento Rancho Alegre 1**, com cerca de 30 famílias, que tomaram o lote 43, na Gleba Corumbiara, em Chupinguaia (Rondônia) com o apoio da LCP – Liga dos Camponeses Pobres. A advogada dos camponeses está preparando a contestação da decisão judicial.

Sem preocupação alguma em esconder suas irregularidades e crimes, membros da recém-criada Associação dos latifundiários do Vale do Jamari têm convidado médios proprietários da região a se associarem. Segundo informações de fazendeiros que foram procurados, a Associação cobra inscrição que varia de 2 mil a 5 mil reais e mensalidade. Este fundo seria usado para comprar juízes (3.500 reais) para darem ordens de despejo rapidamente e policiais para despejar os camponeses, usando de toda violência necessária. A associação já teria comprado uma viatura da PM que deve ficar a disposição deles. As

propriedades desses associados seria identificada com uma placa verde.

Lutar pela terra não é crime!

A crise econômica e a falência da “reforma agrária” fajuta do governo faz aumentar as tomadas de terra em todo o país. Os latifundiários, representam o que há de mais atrasado no país, porque mantém a concentração de terras entre as maiores do mundo, grilam terras públicas, produzem matérias-primas para exportação financiada com fartos recursos públicos. Eles tem aumentado sua organização e provocado toda sorte de crimes contra camponeses na tentativa de frear a justa luta pela terra. Juizes, policiais, funcionários do Incra tem atuado com pistoleiros causando verdadeiro terror e caçada a lideranças. É preciso uma ampla mobilização de camponeses, trabalhadores da cidade, movimentos e entidades democráticas para defender a luta pela terra e evitar mais mortes.

0 camponês quer terra, não repressão!

Conquistar a terra, destruir o latifúndio!